

Artistas apóiam pessoal do Câncer

Fotos de Uanderson Fernandes

Os funcionários do Instituto Nacional do Câncer — Inca — fizeram, na manhã de ontem, um ato público, em frente à instituição, na Praça Cruz Vermelha, no Centro. Com o apoio de vários artistas, inclusive de Monique Evans e Nani Venâncio, cinco funcionários terminaram a greve de fome, quando dois deles foram internados, após passarem mal durante o ato público.

A Comissão de Defesa do Inca reivindica um aumento de 210% de salários, a não-privatização do Hospital e o remanejamento de vários funcionários das extintas Campanhas de Saúde Pública, prometido há cerca de 60 dias. Hoje, às 10 horas, os funcionários fazem uma assembléia, no 8º andar do Instituto, para decidirem sobre a greve geral nos próximos dias.

O enfermeiro Hugo Paro, há sete dias em greve de fome, foi internado no 7º andar do Inca, após desmaiar durante a manifestação. O mesmo aconteceu com Mitiko Tyba, auxiliar de enfermagem, que há sete dias aderiu ao movimento. O auxiliar de administração Júlio César Assumpção e Carlos Henrique Costa, assistente administrativo, faziam parte dos grevistas. Segundo o supervisor de portaria, Haroldo Monteiro, de 32 anos, que há três dias fazia greve de fome, o importante é chamar a atenção do Ministro da Saúde, Alcení Guerra e do Presidente Colôr.

O Instituto Nacional do Câncer já foi visitado por Dona Zica, Zezé Macedo, Antônio Pedro e pelas artistas Monique Evans e Nani Venâncio. Para Monique, a classe dos artistas é vital para qualquer tipo de manifestação, pois faz o povo aderir aos movimentos, além de levar ao conhecimento público e das autoridades, os problemas vividos por cada categoria. "Esta é a primeira vez que venho ao Instituto e não esperava vê-lo tão organizado e limpo.

Infelizmente, a real situação que vivem estes funcionários ocorre em todo o Brasil", esclarece a artista.



Monique Evans (E) e Nani Venâncio foram levar sua solidariedade ao movimento



Os funcionários do Instituto Nacional do Câncer continuam lutando pelo não fechamento da instituição pelo Governo

Demitidos da CTC fazem reunião tentando receber seus direitos

Os funcionários demitidos da CTC, em torno de 405, têm assembléia marcada para amanhã, no auditório da sede da empresa, na Rua Bérnago, Triagem, quando irão cobrar um posicionamento da empresa. Jades Cléber de Oliveira, da comissão de ex-funcionários, reclama que a CTC, desde os cortes, ocorridos há dois meses, não pagou os direitos trabalhistas dos demitidos.

Por sua vez, Aluizio Diniz do Couto, outro integrante da comissão, disse que nada foi feito pela empresa, para definir a situação dos que foram colocados na rua.

"Nós fizemos em junho a mesma reciclagem que está sendo aplicada agora", argumentou ele, contra a seleção de motoristas e cobradores em andamento na empresa, para que volte a operar em setembro.

As demissões promovidas pela empresa obedecem ao Decreto 16.608, de 7 de junho, que exonera servidores contratados pela empresa no período de 5 de outubro de 1988 a 14 de março deste ano, pois o Governo considera irregulares tais contratações. O motivo é que os funcionários não prestaram concurso público, durante a gestão do ex-Governador Moreira

Franco. "Fizemos provas de Português e Matemática, além de testes psicotécnicos. Se 405 cobradores e motoristas, da área de Tráfego foram cortados, por que a diretoria não demite os trinta funcionários restantes, de matrículas 28 mil, que foram aprovados junto com a gente?" indagou Aluizio do Couto.

Conforme ele, a empresa não assinou rescisão, não desconta FGTS desde janeiro deste ano, e os demitidos vêm tendo dificuldades para conseguirem empregos em outras empresas.

Camelôs na Central pretendem formar sua própria cooperativa

Foto de Luiz de Carvalho

Os camelôs da Central já podem contar com um grupo organizado, em defesa de seus interesses. Trata-se da comissão provisória, liderada por Teotônio Gomes, que pretende formar a Cooperativa de Vendedores Ambulantes Ferroviários. Para tanto, falta apenas a aprovação do ofício, contendo as cláusulas da entidade, enviado ao Superintendente da CBTU, Paulo Munck. Teotônio já conseguiu um trunfo: o parecer favorável do departamento jurídico da companhia, por não ser contra o seu regimento interno.

"Falta apenas a aprovação do documento na sede da CBTU, na Usina, para enviá-lo ao Ministério dos Transportes", disse Teotônio Gomes. O projeto dos ambulantes, para ser viabilizado, precisa antes de tudo de uma área onde funcionará a cooperativa. Teotônio quer acertar com a CBTU a concessão de local.

A cooperativa deverá organizar e agilizar o trabalho do camelô da Central. Comprará diretamente das indústrias e não de atacadistas, barateando o custo das mercadorias. O lucro obtido será revertido em assistência para os associados, em torno de 30%, enquanto o restante será destinado ao pagamento das compras. O controle do dinheiro seria feito por um grupo de fiscalização. O regimento interno, com estas e outras especificações já está concluído, aguardando parecer da CBTU.

A companhia também seria beneficiada. Teotônio Gomes e os demais membros da comissão instituirão que os ambulantes passarão



Teotônio Gomes já enviou ofício à direção da CBTU sobre a cooperativa

a andar uniformizados, com número de cadastro à mostra. Ele acredita que a identificação dos cooperativados vai moralizar a atuação dos demais, dentro e fora dos vagões. A cooperativa pretende limitar o trabalho dos ambulantes em estações setorializadas. Concorda ser impossível impedir o livre trânsito das vendas, mas acredita que as medidas serão bem recebidas entre a categoria. "Os ambulantes são desconfiados, devido aos perigos da profissão e querem ver algo de

concreto. Por isso, nesta fase inicial, criamos a comissão", observou. Por trabalharem ilegalmente, desobedecendo a lei, que não permite venda e transporte de mercadorias no interior dos trens e garens, cerca de 3 mil ambulantes enfrentam diariamente a guarda ferroviária.

O reaproveitamento desses policiais é do que trata uma das cláusulas do ofício, que sugere maior vigilância contra assaltos e uso de tóxicos dentro dos trens.

Movimento de oposição questiona o novo aumento dos rodoviários

Os integrantes do Movimento de Oposição Luta dos Rodoviários, ligado à Central Única dos Trabalhadores (CUT/RJ), estão repudiando a ação dos Governos estadual e municipal que segundo eles usam a mesma prática de empresários para tratar da política de reajustes salariais da categoria. Benedito Maia, do Movimento, informou que os 40% de reposição salarial oferecidos pelo patronato não correspondem às reivindicações dos rodoviários que pretendiam obter reajuste de 100%.

A decisão da última assembléia geral da classe, ocorrida na terça-feira passada, e que aprovou o índice patronal, é questionada pela oposição sob a alegação de que teria sido tomada por imposição do presidente do Sindicato dos Rodoviários do Município, Luiz Martins, à revelia dos trabalhadores. "A assembléia estava marcada para as 18 horas, mas só teve início às 21h30min, positivamente, para que houvesse um esvaziamento. +Luiz Martins não colocou a proposta de aumento de 100% em votação, decidindo

aprovar os 40%. O resultado disso foi a pancadaria que terminou com três companheiros nossos feridos".

Os opositoristas do sindicato de classe querem a definição sobre o índice de aumento que será aplicado sobre os salários atuais já que, embora as passagens tenham aumentado em 20% no Rio, os rodoviários estão na expectativa de receberem o percentual prometido. Até julho, o piso dos motoristas era de Cr\$ 108.989,32, e o dos cobradores, Cr\$ 60.187,06.

PERSONALIDADES DO FÓRUM

Desembargador afirma que o povo deve confiar no Poder Judiciário

Foto de Ailton Santos

A Magistatura sempre foi a sua vocação e hoje, após trinta e quatro anos de serviços prestados ao Poder Judiciário, se tivesse que começar tudo outra vez, não teria a menor dúvida: seguiria o mesmo caminho. A afirmação é baseada na própria confissão do entrevistado, o Desembargador Newton Doreste Baptista, presidente da 1ª Câmara Cível. Em suas mãos passaram centenas de processos, todos clamando pela verdadeira Justiça. Hoje, o País está à espera do desfecho do caso das fraudes do INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) cujo o relator da Ação Penal é João de Meriti) e a 5 (Novguaçu) estão sob a sua responsabilidade.

Diante da simplicidade, Doreste Baptista carioca, considerando-se filho ativo de Teresópolis, devido ao IP mantido com aquele município por questão de praxe não quis aprofundar no problema do INSS, uma vez que está trabalhando nos processos, mas dar um recado para a população no sentido de confiar na Justiça. "É um retrato de um grande escândalo nacional, realmente é uma grande responsabilidade mas não que dependa de mim, a Justiça fará a sua parte não distinguindo o pobre do rico".

O processo afirma o desembargador — acabar com a lenda do colarinho branco, pois essa estória vai acabar, uma vez que a Justiça fará sua parte, demonstrando que para os, a Justiça não tem grande medo de pequenos. Demonstrando ser uma pessoa humilde, porém, de puls forte, o desembargador antes de entrar o caminho da Justiça, passou por diversas etapas. Formou-se em Direito na turma de 12 de dezembro de 1951. Leitura o magistrado completa 40 anos de carreira. Recordando que trabalhou como revisor em vários jornais, entre os quais a Folha Carioca, Manhã, ambos



Doreste Baptista afirma que o povo hoje vive numa época de violência

fora de circulação, no O Globo e Tribuna da Imprensa, sendo também revisor de livros. Com breve passagem pela Polícia, como escrivão, Doreste Baptista, em 1957, através de concurso público era nomeado pelo então Presidente da República, Juscelino Kubitschek, ocasião em que o Rio de Janeiro era Distrito Federal. Lecionou Direito Civil, na Faculdade Cândido Mendes (Centro) e escreveu três livros, sendo dois de Processo Civil e um de Jurisprudência. Este último, com os desembargadores Carlos Alberto Direito e Renato Maneschy.

Com passagem pelo Tribunal do Júri, Varas Cíveis, Família, Fazenda Pública, Tribunal de Alçada, onde permaneceu por seis anos no antigo Estado da Guanabara e, posteriormente, mais seis anos como desembargador substituto, Doreste Baptista que em 1979, se tornou efetivo, após breve retrospectiva de sua vida no Poder Judiciário, disse guardar boa recordação da época em que atuou como juiz, ressaltando porém, que hoje, ao cumprir novas atribuições, constata que a luta pela Justiça continuará sempre sendo a grande bandeira do Poder Judiciário que crescerá a cada segundo de sua existência.

Indagado a respeito da pena de morte no País, explica que sempre foi contrário à sua adoção, mas hoje, é levado a reexaminar sua posição, "para confirmar ou mudar a opinião", devido ao estado de violência em que se encontra o País, mas adianta que pelo conhecimento obtido do nosso povo, não haveria jurados para condenar alguém à morte pelo "sentimentalismo do brasileiro". Declara o desembargador que vivemos numa época de violência e a Polícia encontra-se impotente. Aliado à criminalidade — disse — encontram-se os regimes abertos de prisão que colocam nas ruas elementos no qual não foram ressocializados "pois a finalidade da condenação está no castigo, servindo também de ameaça para aqueles que pretendem entrar no mundo do crime e não o que acontece nos dias de hoje, com condenações irrisórias e ridículas, um verdadeiro estímulo ao crime".

Ao concluir, o Desembargador Newton Doreste Baptista envia uma mensagem à população, para que esta continue a acreditar no Poder Judiciário e não se deixar abalar pelos acontecimentos enfatizando ainda que todos devem e podem confiar na Justiça, declarou.